

Imigração polonesa em São Paulo: os deslocados de Guerra (1947 a 1951)

Sênia Bastos¹

Maria do Rosário Rolfsen Salles²

Introdução

A imigração polonesa para o Brasil e particularmente para São Paulo, insere-se no conjunto das entradas do grupo conhecido como “deslocados de guerra” (*displaced persons*), entrados entre 1947 e 1951, no contexto dos Acordos firmados entre o Brasil e a *International Refugees Organization* (IRO)³. Constituídos por nacionalidades presentes na Alemanha e na Áustria no final da guerra, os deslocados de guerra caracterizam-se pela saída forçada de seus países e pelo trabalho forçado nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Os DPs poloneses integram a terceira fase da imigração polonesa para o Brasil, segundo Malinski (1980). A primeira fase se inscreve nos anos 1876 a 1890, e se destina à constituição de núcleos coloniais na região Sul do país ou para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo⁴. Denominada como febre brasileira, a segunda fase tem início em 1906 e termina em 1914 (em virtude da Primeira Guerra Mundial), trata-se de imigração subsidiada destinada a construção de ferrovias e constituição de núcleos coloniais no Sul do país e também para o trabalho assalariado nas fazendas de café do Estado de São Paulo.

As fontes documentais analisadas encontram-se sistematizadas em um banco de dados, que reúne informações relativas aos imigrantes que ingressaram no Brasil em

¹ Universidade Anhembi Morumbi, Doutora em História (PUC/SP), a pesquisa integra o projeto temático FAPESP, processo 2009/06502-2.

² Universidade Anhembi Morumbi, Doutora em Sociologia (USP).

³ Magalinski (1980) aponta a atuação humanitária das Nações Unidas para alimentar, agasalhar, proporcionar assistência médico hospitalar e encaminhar os deslocados de guerra a um novo país, em seu estudo sobre a Cooperativa Agrícola de Itaberaí, em Goiás, composta por deslocados de guerra de nacionalidade polonesa. A IRO, a Cruz Vermelha e a Caritas Internacional também são evidenciadas pelo apoio no repatriamento ou imigração dos DPs para um novo país.

⁴ Zen (2010, p. 42) situa o início da imigração polonesa para o sul do país em 1864, em virtude das medidas repressivas decorrentes de levante polonês ocorrido nesse ano, motivadas pela instituição do processo de homogeneização do Império Russo instituído pelo Czar Nicolau I. Para esse autor o principal fator motivacional da emigração era a preservação da identidade: polonesa e católica.

virtude dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais como, por exemplo, o *International Refugees Organization*, o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (CIME) e o *Japan Immigration and Colonization* (JAMIC). Os dados oficiais sobre a imigração e a presença polonesa no Brasil originam-se, respectivamente, do Anuário Estatístico do Brasil (1947; 1951; 1959; 1961; 1972; 1973; 1974) sistematizados pelo Departamento Nacional de Imigração e dos dados censitários (IBGE, 1940).

Poloneses no Brasil

Em 1940 foram identificados 41.039 poloneses no Brasil (IBGE, 1940), concentrados, sobretudo nas regiões Sul (57%) e Sudeste (42%) do país: 11.913 encontravam-se no Paraná, 9.380 no Rio Grande do Sul, 1.960 em Santa Catarina, 9.553 em São Paulo, 6.901 no Rio de Janeiro, 439 em Minas Gerais e 231 no Espírito Santo.⁵ Presença que é apontada como um dos fatores de atração de novos fluxos para o país, segundo Magalinski (1980) e que se pode atestar nos anuários estatísticos analisados a seguir.

O Departamento Nacional de Imigração (1947) registra o ingresso de 340 imigrantes de nacionalidade polonesa classificados como primeiro estabelecimento, de caráter permanente, durante o quinquênio 1941 a 1945: contabilizam-se 86 famílias, o que corresponde a 248 integrantes, e 92 pessoas desacompanhadas. Nesse período verifica-se ainda 118 retornados e a entrada de 586 temporários (281 turistas e viajantes em geral e em trânsito, 72 viajantes a negócios e 32 artistas, desportistas e congêneres), o que totaliza 1.044 pessoas. Tal período não corresponde à ênfase desse artigo mas é importante para caracterizar a permanência do fluxo na década de maior ingresso de poloneses no país, considerando-se que durante a Segunda Guerra Mundial ocorre a redução do número de viajantes no mundo.

Do conjunto anunciado que ingressa para se estabelecer de forma definitiva no país temos 134 solteiros, 191 casados e 15 viúvos, o que aponta para a imigração de caráter familiar, composta sobretudo por homens (53%), adultos (76%), alfabetizados (90%) e católicos (70%)⁶. Ao que se refere à profissão declarada, destacam-se as

⁵ Os demais estados concentram números reduzidos, destacam-se, Pernambuco (126), Bahia (108) e Mato Grosso (100) reúnem as maiores incidências.

⁶ Esse grupo também contempla os que professam a religião judaica (15%), protestante (13%) e 5 pessoas que nada declararam acerca de sua religiosidade.

dificuldades de precisão visto que comporta 6 técnicos, 5 agricultores, 189 domésticas e 140 outras. Ressalte-se que a maioria desembarcou no Rio de Janeiro (226), Pernambuco (54) e em São Paulo (46), mas não há indicações sobre o destino inicial após o desembarque.

Para o quinquênio subsequente constam 14.310 registros relativos ao período 1947 a 1949 (DEPARTAMENTO Nacional de Imigração, 1951), tendo sido classificados como temporários 2.690 poloneses, dos quais, 2.522 turistas, viajantes em geral e em trânsito, 130 viajantes de negócios, 38 artistas, deportistas e congêneres, 59 portadores de visto diplomático e oficial. Como primeiro estabelecimento constam 3.360 poloneses, observam-se 1.227 retornados, 6.974 classificados como outras condições, 2.522 turistas e viajantes em geral e em trânsito, 130 viajantes de negócios, 59 com visto diplomático e oficial e 38 artistas, desportistas e congêneres. Esse fluxo aponta para o incremento dos deslocamentos internacionais de passageiros após a finalização da Segunda Guerra Mundial.

Os dados relativos aos imigrantes de caráter permanente sistematizados pelo Departamento Nacional de Imigração apontam que desembarcaram preferencialmente no Rio de Janeiro (3.200), São Paulo (154), Rio Grande do Sul (5) e Pará (1). O grupo é constituído por 687 agricultores, 401 operários qualificados, 42 operários não qualificados, 69 técnicos e 414 de outras profissões. Sem precisão estão os 1.747 registros referentes às atividades domésticas, aos menores e aos estudantes, ou seja, este conjunto abriga uma gama de ocupações desempenhadas por mulheres e jovens que não constam das estatísticas. Salienta-se a maioria católica (51%), a presença de israelitas (7%) e de protestantes (3%), e chama a atenção o registro de 1.308 indivíduos (39%) que professavam outras religiões ou que não se pronunciaram a esse respeito. A análise desses dados contempla considerações visto que muitos omitiam sua religiosidade devido ao receio de perseguições como as que acabavam de vivenciar no Velho Mundo, preservando-a à intimidade do lar.

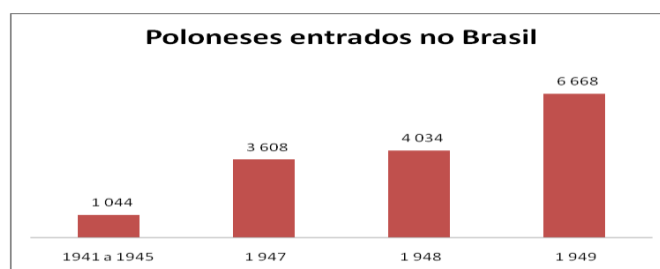


Gráfico 1- Imigrantes de nacionalidade polonesa entrados no Brasil (1941 a 1949)
 Fonte: Departamento Nacional de Imigração (1947; 1951)

No gráfico 2 é possível identificar que os anos 1947 a 1949 correspondem ao de maior ingresso de poloneses de primeiro estabelecimento, sendo o ano de 1948 o de maior intensidade. Desejosos de se estabelecerem no Brasil, muitos ingressaram na Hospedaria do Imigrante de São Paulo para aguardarem seu encaminhamento ao destino ou para requererem uma colocação profissional, o que será analisado nesse artigo. Ao se considerar o conjunto desses ingressos, o maior fluxo ocorre em 1949 com 6.668 pessoas, todavia, apenas 360 de primeiro estabelecimento de caráter permanente segundo o gráfico 2.

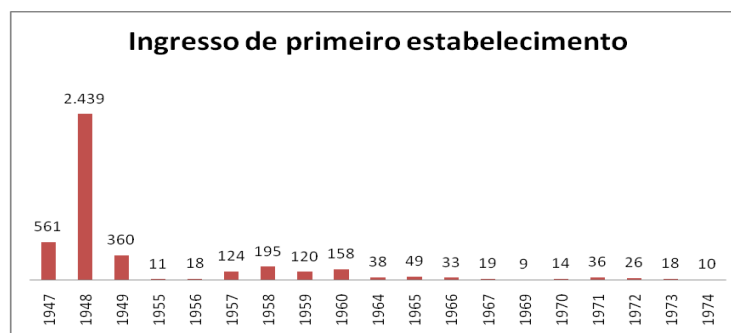


Gráfico 2- Ingresso de primeiro estabelecimento de imigrantes de nacionalidade polonesa (1947 a 1974)
 Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1947; 1951; 1959; 1961; 1972; 1973; 1974)

De acordo com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1959), de 1955 a 1958 a condição de ingresso dos imigrantes é espontânea e registram-se apenas 10 entradas sob a condição dirigida, em 1958.

Dos 597 poloneses que ingressaram entre 1957 a 1960 é possível identificar que 526 eram alfabetizados. Ao que se refere à profissão, nota-se certa especialização no universo dos 34 técnicos, 34 agricultores (12 qualificados e 22 não qualificados) e dos 93 operários (80 qualificados e 13 não qualificados). Constam 92 em outras profissões,

sem maiores esclarecimentos, 13 no comércio e 331 em atividades domésticas (INSTITUTO Nacional de Imigração e Colonização 1959; 1960, 1961).

Ao que se refere à permanência no Brasil, durante o período 1965 a 1975 há o indicativo de concessão de 142 permanências aos poloneses já estabelecidos no país (SERVIÇO de Estatística Demográfica, Moral e Política 1969; 1970; 1971; 1973; 1975). Nos anos 1973 e 1974 observa-se o registro do maior volume de concessões: 23 em cada um, enquanto em 1970 registra-se o menor índice, com apenas 4.



Gráfico 3 – Permanências concedidas aos imigrantes de nacionalidade polonesa (1965 a 1975)
Fonte: Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (1969; 1970; 1971; 1973; 1975)

O banco de dados e a imigração polonesa para o Brasil do Pós Segunda Mundial

Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós Segunda Guerra Mundial 1947-80”, o banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP). A proposta então, era analisar a dinâmica dos “novos” fluxos migratórios para São Paulo no período Pós Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de mão de obra para a indústria e a agricultura que se mecanizavam, especialmente no Estado e na Cidade de São Paulo.

O banco de dados compreende as seguintes séries documentais: Pedidos de mão-de-obra qualificada (PMOQ); Avisos de chegada de imigrantes; Ficha de registros de refugiados e deslocados de guerra; Fichas de registros de imigrantes; *Curricula Vitae* de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil; Fichas de colocação em empresas; Documentos pessoais. Documentos cujos dados foram sistematizados em 45 campos e, para o presente artigo, foram trabalhados os seguintes campos: nacionalidade,

naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência, destino, posição familiar, profissão, residência e data da chegada.

Do ponto de vista cronológico, este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, quando as entradas são majoritariamente de refugiados de guerra que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha e na Áustria e que constituem um grupo formado por imigrantes provenientes do Leste europeu. Entram basicamente pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não-europeus, no caso, a *International Refugees Organization* (IRO) e *Hebrew International Assistance* (HIAS).

A partir de 1952, após a extinção da IRO e criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970. Nesse período, modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses etc.), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo (SAKURAI; SALLES; PAIVA, 2008).

Do ponto de vista imigratório, o período do Pós Segunda Guerra Mundial caracteriza-se como a retomada da política imigratória com o Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945, embora mantendo o sistema de cotas que restringiu a imigração estrangeira na “Era Vargas” desde 1934, quando se limita o fluxo de imigrantes a 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre janeiro de 1884 e dezembro de 1933. Segundo o Artigo n. 38 desse Decreto, a imigração dirigida ocorre quando o poder público, empresa ou particular promove a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os. E, no primeiro parágrafo, aponta a preferência por famílias que contem pelo menos com oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos (DIC, 1952, p. 121-124). Revogado esse Decreto com a Resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, suprimiu-se o regime das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, espanhola, francesa e italiana. A partir de então inúmeros acordos se firmaram entre o Brasil e os países europeus e o Japão.

Desta forma, o período do Pós Segunda Guerra é o quarto e último período na entrada de imigrantes, se considerarmos os períodos anteriores – primeiro período: da imigração subsidiada até 1906; segundo período: de 1906 às vésperas da Primeira

Guerra Mundial; terceiro período: do final da Primeira Guerra Mundial até o fim do Estado Novo, em que se encerra a política subsidiada e se inicia a política restritiva à imigração (BASSANEZI, 1995). Passam a vigorar basicamente os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se dá através das “cartas de chamada” de parentes e oferta de empregos; outra, que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo à colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais. A partir dos anos 1960 viu-se declinar novamente o movimento imigratório que se limitou a técnicos e profissionais especializados.

O banco de dados reúne 18.369 registros de ingressos relativos ao período 1947 a 1951, sendo os poloneses (26%) o maior grupo entre 74 nacionalidades. Ressalta-se que 19% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade, o que resulta, provavelmente, de erro da digitação, omissão do documento ou ainda trata-se de imigrantes indocumentados, que preferiam que sua origem fosse ignorada por razões de segurança individual. Os apátridas totalizam 11% dos ingressos e constituem o terceiro maior grupo, seguidos pelos ucranianos, com 9%. Com 6% destacam-se os de nacionalidade húngara, iugoslava e russa; com 3% os de nacionalidade letã, italiana e lituana; com 2% temos os de nacionalidade checoslovena e romena; enquanto com 1% os de nacionalidade alemã, holandesa, estoniana e armênia. Com menos de 1% os de nacionalidade búlgara, austríaca, grega, portuguesa, espanhola, japonesa, brasileira, croata, colombiana, albanesa, turca, belga, chinesa, estadunidense, finlandesa, georgiana, libanesa, sueca e suíça.

No banco de dados constam 4.765 poloneses entrados no período, sendo que para 17 pessoas o ano de ingresso é anterior ao ano de 1947, o que pode indicar que se trata de uma solicitação de colocação profissional, ou seja, não se enquadram necessariamente na condição de deslocados de guerra. Outrossim salientam-se 30 registros relativos a 1957 a 1977 o que também sugere situação não contemplada nessa categoria. Para o período 1947 a 1951 constam 4.718 ingressos, sendo 1.619 (71 mulheres e 1.548 homens) considerados como imigrante principal e 3.099 acompanhantes (2.132 mulheres e 967 homens). Nota-se que a totalização do gênero apresenta certo predomínio masculino (2.515 – 53%), visto que 47% são mulheres (2.203).

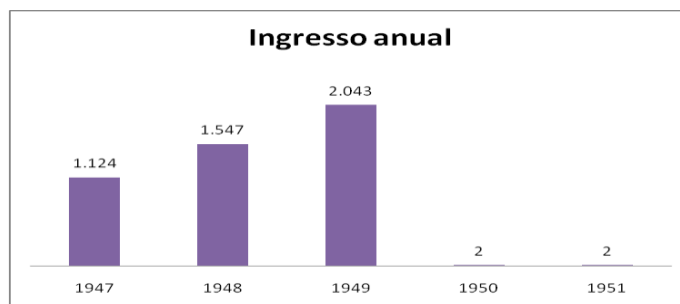


Gráfico 4 - Imigrantes de nacionalidade polonesa (1947 a 1951)

Fonte: Banco de dados

Observa-se o caráter familiar da imigração polonesa ao se analisar de forma integrada as tabelas principal e parente, embora o número reduzido de acompanhantes não indique a família ampliada, visto que o banco reúne baixa incidência de primos(as) (2), sobrinhos(as) (7), sogros(as) (15), cunhados(as) (10), enteados(as) (35), irmãos(ãs) (47), netos(as) (6), noras (6), pais (14), mães (32), uma tia, um único avô(ó) e uma madrasta. Nove esposas e quatro filhos constam da tabela principal como os responsáveis pelo registro, nesse sentido há que se destacar o equilíbrio entre o número de chefes de família (1.235) e o de esposas (1.253), bem como o predomínio de filhos(as) (1.667), dados cuja análise não devem desprezar o fato de 405 pessoas não esclarecerem sua posição de ingresso. Destaca-se também a possibilidade de reunião familiar, com as nove esposas vindo encontrar os maridos já estabelecidos anteriormente no país. Assim, o caráter familiar é dado pela composição das famílias pelo chefe, esposa(o) e filhos acompanhados de parentes e poucos agregados (5).

Nota-se que 320 pessoas (20%) vieram desacompanhadas e ao que se refere à composição das famílias, prevalecem aquelas com 3 membros (458 – 28%), seguida por 2 pessoas (363 – 22%), ou seja, pequenas famílias. Com maior número de componentes são as que apresentam 4 pessoas (256 – 16%), 5 pessoas (122 – 8%), 6 pessoas (63 – 4%), 7 pessoas (22 – 1%), 8 pessoas (9 – 1%), 9 pessoas (3), 10 pessoas (2) e 13 pessoas (1) em sua estrutura.

A análise da naturalidade declarada pelo imigrante principal, que totaliza 1.619 registros, permite a precisão de 13 diferentes nacionalidades, com predomínio da Polônia (738 – 46%). Note-se que esse campo não foi preenchido de forma satisfatória, visto que 49% dos imigrantes declararam apenas a sua cidade, sem precisar o país. A consolidação dos dados indica ainda a presença de poloneses com naturalidade russa

(28), alemã (18), ucraniana (16), romena (3), americana (3), italiana (2), húngara (2), lituana (2), polonesa ucraniana (2), iugoslava (2), checoslovena (1) e turca (1).

Magalinski (1980) aponta a estratégia da nacionalidade⁷ com o objetivo de obter os recursos necessários para sair Europa em busca de novas oportunidades de vida:

[...] quem se identificou no Brasil como tchecosloveno, polonês, rumeno, por exemplo, no após a guerra, podia ser tanto originário destes países como alemão. Alguns eram alemães propriamente ditos, outros eram filhos de alemães nascidos em países vizinhos. Mas para emigrar valeram-se de documentação destes países e não de documentos alemães. Também dentre os que se diziam poloneses podia haver um ou outro vindo da União Soviética, além daqueles que abertamente se declararam ucranianos e russos (MAGALINSKI, 1980, p. 29).

Os campos destinados a formação escolar do imigrante não foram convenientemente preenchidos. A formação de nível superior, em alguns casos, foi identificada a partir da análise do campo observação, onde foi transcrita a profissão presente no passaporte (12) ou no campo profissão (3).

Informações diversas foram reunidas no campo observação. O desmembramento desses dados permitiu a identificação da solicitação de visto de saída para outros países (principalmente, na década de 1950)⁸, dados sobre a profissão registrada no passaporte, reclassificação da profissão, núpcias, óbitos, dados sobre contratação profissional (empresa, endereço, remuneração e modalidade da atividade desempenhada) etc.

A solicitação de visto de saída tem início em 1951 (5) e os anos de maior incidência são 1958 (208) e 1957 (131). Cerca de 9% dos poloneses (448) requereram visto para os Estados Unidos da América (333), Canadá (55), Polônia (17), Argentina (14), Austrália (12), Alemanha (10), Uruguai (5), Áustria (1), Holanda, Suíça, Itália e França (trata-se da solicitação de Joana Demke em 1957 e que no ano seguinte requereu visto para a Alemanha). Registre-se que esse campo contempla a solicitação, mas poucos são os casos em que se precisa a sua concretização (33) ou de se tratar de saída definitiva (5).

Magalinski (1980, p. 52) infere que a escolha do Brasil, em muitos casos, decorreu “não por um critério de preferência e sim de exclusão”, visto que não era

⁷ Segundo Magalinski (1980) muitos alemães que emigraram como deslocados de guerra eram *volksdeutsch*, alemães que vivem fora da Alemanha e que por ocasião da Segunda Guerra, foram convocados de volta à Alemanha e não tinham interesse em retornar ao país de onde haviam saído.

⁸ Magalinski aponta o caráter individual da imigração para o Canadá e Estados Unidos e o caráter familiar da imigração para o Brasil.

exigido um contrato prévio de dois anos, como o requerido pelo Canadá, o que significava a permanência da família na Europa até a finalização desse contrato de experiência. Restritivas eram as demandas da França e da Bélgica, requeriam homens solteiros para o trabalho nas minas de carvão. A Austrália, por sua vez, também exigia um contrato prévio de dois anos, mas nesse caso a família também emigrava. Tratava-se, portanto, de uma imigração de caráter temporário, até a possibilidade de reunião do grupo num dos países escolhidos. O retorno à Polônia (17), por sua vez, era motivado pelo consulado polonês, grande incentivador e difusor do movimento de repatriamento, promovia propaganda das conquistas econômicas e sociais da Polônia comunista e da União Soviética: “A condição de vida dos trabalhadores, a prosperidade eram temas recorrentes que, certamente, produziram efeitos nos operários imigrantes aqui radicados (ZEN, 2010, p. 204)”.

Notam-se, também, situações em que se contemplam a origem da emissão do passaporte por parte do governo brasileiro, como a conferida a Anatol Kaszkurewicz, ou dos documentos fornecidos pelo consulado polonês a Jozef Padula, sua esposa Luba e a filha Genowefa, que indicam a concretização do movimento. Como no caso do jardineiro Antoni Surowiecki e a esposa Zofia que, segundo consta, desistiram de permanecer no país e rumaram para o Canadá em 1952, onde tinham parentes, ou ainda, de Antoni Smyk, sua esposa Stefania e a filha Maria, que também se encaminharam ao mesmo país, em 1955, chamados por parentes lá residentes.

Zen (2010, p. 196-197) destaca o material publicitário que chegava ao porto de Santos, transportados pelos navios, quer de natureza panfletária, divulgando o comunismo soviético quer transportando os diversos periódicos produzidos nos países sul-americanos, principalmente em São Paulo e em Buenos Aires.

Profissões

A classificação das profissões foi realizada computando-se os dados relativos ao imigrante principal e aos acompanhantes, para o que se cotejou o campo observação, de onde se pode extrair, quando havia o registro, a reclassificação da profissão, ou seja, aquela desempenhada no país. A partir dessa consolidação ocorreu a consulta à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) visando identificar como tais profissões

são classificados no Brasil⁹. Nesse sentido, os registros foram tratados a partir da identificação do código da natureza da ocupação, organizados a seguir em subgrupos principais e, para efeitos de sua caracterização, sistematizados em grandes grupos como se poderá observar na tabela.

Essa sistematização permite caracterizar a natureza da mão de obra desses imigrantes. Nota-se que a tabela reúne o predomínio de trabalhadores da produção e bens de serviços industriais (45%), pequeno número de técnicos de nível médio (11%) e de trabalhadores de reparação e manutenção (9%).

Tabela – Classificação das profissões de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (2002)

Classificação das ocupações da CBO (2002)	Total	%
Dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	1	
Profissionais das ciências e das artes	39	2%
Técnicos de nível médio	278	11%
Trabalhadores de serviços administrativos	73	3%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	129	5%
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	120	5%
Trabalhadores da produção e bens de serviços industriais	1.126	45%
Trabalhadores de reparação e manutenção	217	9%
Outros	492	20%
Total	2.475	100%

Fonte: Banco de dados

Reunidos na área de produção e bens de serviços industriais observa-se grande incidência de trabalhadores das indústrias têxtil e do vestuário (45%), da transformação de metais (24%) e da construção civil (20%).

O país demandava a vinda de agricultores e de mão de obra técnica e qualificada e, nesse sentido, ao que se refere à mão de obra especializada, nota-se o predomínio de técnicos relacionados à área de engenharia, física, química e áreas afins, bem como alguns profissionais com nível superior, quesito problematizado a seguir.

Registre-se que 11 engenheiros não foram admitidos no país com essa qualificação, tendo sido classificados como assistente técnico (2), calculista (1), desenhista (2), industriário (1), serralheiro (1), técnico eletricitista (1), técnico em arquitetura (1) e topógrafo. O físico foi classificado como auxiliar desenhista (1) enquanto apenas dois engenheiros (hidrotécnico e mecânico) foram admitidos com suas

⁹ Trata-se da atual classificação das profissões, num segundo momento pretende-se refazer o percurso da classificação de forma a recuperá-la na década de 1950.

respectivas especialidades e encontram-se classificados como profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia juntamente com um engenheiro (acompanhante), três químicos e três agrimensores (tabela).

Nota-se que também ingressaram profissionais da área da saúde, ao que se destacam quatro enfermeiras, um assistente de médico, um técnico em ginecologia, um dentista e um zootécnico. Como comunicadores, artistas e religiosos computam-se três músicos e, com único registro cada: jornalista, pintor artístico, decorador, cenógrafo, padre, pastor batista e pároco. Sem detalhamento de atuação constam cinco professores classificados como profissionais de ensino. O único pesquisador existente é um entomologista, enquanto o técnico economista foi classificado como profissional das ciências sociais e humanas.

No campo observação também ocorreu a anotação da reclassificação da profissão do imigrante. Nesse sentido, mantém-se a coerência do registro da profissão relativa à profissão transcrita do passaporte e profissão registrada. Nota-se que o físico é admitido como técnico em física, apenas dois engenheiros ingressam e atuam como engenheiros, enquanto os demais são admitidos como desenhista (1), desenhista construtor (1), industriário e técnicos: construtor (1), eletricitista (2), mecânico (2), mecânico e montador (1), topógrafo e hidrotécnico (1) e um não consta nenhuma informação.

Como trabalhadores de serviços administrativos reúnem-se 71 escriturários e cinco trabalhadores de atendimento ao público. Enquanto como trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, destacam-se 56 trabalhadores dos serviços e 74 vendedores e prestadores de serviços do comércio.

Os trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca agregam 110 trabalhadores na exploração agropecuária, oito trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal e um trabalhador na pecuária.

Ao se cotejar a orientação designada pela empresa contratadora confirma-se a sua concentração no Estado de São Paulo, principal centro contratador dos trabalhadores que se declararam agricultores (79%), desconhece-se, todavia, a localidade de 15% desses contratadores. Para precisar a localização desses destinos adotou-se a atual configuração das regiões administrativas dos municípios paulistas o que permitiu aglutiná-los por região. Nesse sentido, conclui-se que ocorre predomínio de fixação dos

poloneses na Região Metropolitana de São Paulo (16%), Região Administrativa de Bauru (12%), Região Administrativa de Marília (3%), Região Administrativa de Campinas (2%) e uma única ocorrência na Região Administrativa de São José do Rio Preto. Sabe-se que sete imigrantes dirigiram-se para Goiás (Jussara), sete para Minas Gerais (Cascalho), um para Santa Catarina (Curitibanos) e um para Tocantins (Araguaçu). A esse conjunto acrescentam-se 61 parentes que também declararam esse ofício, mas não constam informações sobre os contratadores.

Observam-se outras ocupações declaradas pelos agricultores, tais como carpinteiro, eletricista, encanador, industriário, litógrafo, mecânico, salsicheiro, sapateiro e pedreiro. Tal elemento também é apontado por Magalinski (1980), que destaca os ofícios aprendidos nos campos de refugiados na Europa. Aponta ainda o estímulo nessa modalidade de declaração, visto que o Brasil requeria agricultores e técnicos e, na ausência da especialização requerida, muitos afirmaram ser agricultores.

Considerações finais

O ingresso dos refugiados se dá pelo porto do Rio de Janeiro, com sua permanência na Hospedaria da Ilha das Flores. Uma vez identificado São Paulo como destino inicial, abrigam-se provisoriamente na Hospedaria do Campo Limpo onde são definidas as empresas contratadoras, concentradas principalmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Referências

BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: PATARRA, Neide (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2^a. Ed., São Paulo, FNUAP, v. 1, 1995.

DEPARTAMENTO Nacional de Imigração. **Anuário estatístico do Brasil 1946**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

DEPARTAMENTO Nacional de Imigração. **Anuário estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

DEPARTAMENTO Nacional de Mão-de-Obra, Divisão de Migração. **Anuário estatístico do Brasil 1972**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1972.

DEPARTAMENTO Nacional de Mão-de-Obra, Divisão de Migração. **Anuário estatístico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 1973.

DEPARTAMENTO Nacional de Mão-de-Obra, Divisão de Migração. **Anuário estatístico do Brasil 1976**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, 1976.

DEPARTAMENTO Nacional de Mão-de-Obra, Divisão de Migração. **Anuário Estatístico do Brasil 1974**. Rio de Janeiro: IBGE, v.35, 1974.

DEPARTAMENTO Nacional de Mão-de-Obra. Divisão de Migração. **Anuário estatístico do Brasil 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975. 36.

DIC. Legislação Imigratória. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952.

INSTITUTO Nacional de Imigração e Colonização. **Anuário estatístico do Brasil 1958**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, 1959.

INSTITUTO Nacional de Imigração e Colonização. **Anuário estatístico do Brasil 1959**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959.

INSTITUTO Nacional de Imigração e Colonização. **Anuário estatístico do Brasil 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

INSTITUTO Nacional de Imigração e Colonização. **Anuário estatístico do Brasil 1961**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

MAGALINSKI, J. **Deslocados de guerra em Goiás**. Imigrantes poloneses em Itaberaí. Goiania: UFG, 1980.

PAIVA, Odair. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos. *Revista Travessia*. Ano XIII, no. 37, maio-agosto, 2000.

SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. *Relatório Científico*, São Paulo: FAPESP, 2008.

SERVIÇO Nacional do Recenseamento. **Anuário estatístico do Brasil 1946**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.

SERVIÇO de Estatística Demográfica, Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1968**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 1969.

SERVIÇO de Estatística Demográfica, Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1969**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, 1969.

SERVIÇO de Estatística Demográfica Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1970.

SERVIÇO de Estatística Demográfica Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1971**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 1971.

SERVIÇO de Estatística Demográfica Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 1973.

SERVIÇO de Estatística Demográfica Moral e Política. **Anuário estatístico do Brasil 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, 1975.

ZEN, Erick. Imigração e revolução. Lituanos, poloneses e russos sob vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.